

Literatura e Conhecimento

SÔNIA RÉGIS

Resumo Na acepção dominante, a meta da ciência continua sendo a de ordenar as experiências em sistemas ditos racionais (discursos objetivos) e a da literatura, a de transformá-las em razões poéticas (discursos subjetivos), dando continuidade a uma falsa ruptura (surgida no Iluminismo) entre essas duas experiências psíquicas. Nossa proposta é rever essa concepção para devolver à literatura o seu lugar de conhecimento.

Palavras-chave ciência, literatura, conhecimento, linguagem.

Abstract Under the dominant conception, the goal of science continues to be the ordination of experiences within the so called rational systems (objective discourse). On the other hand the goal of literature is to transform these experiences into poetical reasons (subjective discourse), giving continuity to a false rupture (that came up during Enlightenment) between these two psychological experiences. Our proposal is to review this conception in order to give back to literature its place as a producer of knowledge.

Key words science, literature, knowledge, language.

Se hoje podemos apreciar o vigor descritivo dos textos antigos e na veracidade de suas narrativas é porque a literatura tem a generosidade de acolher todos os saberes, oferecendo-nos o roteiro da constância humana em sua busca de conhecimento. As errâncias dessa busca, tanto quanto seus acertos, formam a imorredoura paisagem literária de todos os tempos. A qualquer momento podemos apreciar a grandeza e a falência dos sonhos humanos guardados na memória da literatura.

Aproximar literatura e conhecimento demanda uma inevitável revisão conceitual. Literatura e ciência têm sido consideradas duas representações irreconciliáveis no campo do saber humano. Na acepção mais corrente, a meta da ciência parece ser a de ordenar as experiências em uma lógica racional e a da literatura a de transformá-las em razões poéticas. Acompanhada mais de perto, no entanto, a questão se esvai até perder a validade.

Para Niehls Bohr (1995), um dos cientistas que se preocupou em entender os limites desses dois saberes, a diferença entre a cognição propiciada pela ciência e a propiciada pela literatura está baseada em duas considerações. Primeira, a de que na ciência é feito um esforço conjunto e sistemático para ampliar a experiência e desenvolver conceitos que possibilitem a sua compreensão; segunda, a de que na arte e na literatura esse esforço individual, mais intuitivo, se faz de modo a evocar os sentimentos da situação humana.

Tais considerações dão ao discurso da ciência a objetividade aparente da sistematização calcada na aprovação comunitária. Ao discurso da literatura é emprestado o lugar subjetivo da intuição sentimental e da individualidade. É dito que a ciência ordena e analisa seu conhecimento e a literatura *"compõe uma seqüência de modos de expressão em que a renúncia cada vez mais ampla à definição (...) dá à fantasia uma liberdade maior de manifestação"* (Bohr, 1995: 101). Embora a preocupação de Bohr seja a de criar uma unidade de conhecimento, temos aí a repetição clássica da configuração de uma falsa ruptura entre expressão e comunicação, fazendo esquecer que tanto a compreensão conceitual quanto a sensorial, no final, são experiências psíquicas significativas. E não podemos descartar, na prática, que tanto ciência quanto literatura fazem uso da definição conceitual na mesma medida em que expressam a imaginação e a fantasia. Temos a comprovação desse comportamento nas declarações dos cientistas. O livro de Beveridge (1981) sobre as descobertas científicas ilustra de modo exemplar a situação. A literatura, é importante ressaltar, também lida com esforços conjuntos, pois o discurso do escritor não nasce de sua solidão, mas do discurso de seus precedentes, sendo seu fundamento comunicar experiências de um modo estético¹.

A natureza atribuída aos dois saberes não é dessemelhante, pelo contrário, mos-

tra características comuns. A língua, que a literatura busca comprometer no esforço de uma significação aparentemente individual (tomando-se aí o estilo como referência básica), oferece a mesma resistência ao pesquisador científico. É falsa a solução da aparente neutralidade em que é mantido o discurso científico. Como nos mostrou Barthes, não se pode, pelo voluntarismo individual, e sem preparo, *"inserir sua liberdade de escritor na opacidade da língua"*, porque *"através dela toda a História se mantém, completa e unida à maneira de uma Natureza"* (1974: 121). Natureza essa que também é objeto da literatura.

O embate se amplia. *"O enriquecimento que a arte pode nos trazer origina-se em seu poder de nos relembrar harmonias que ficam fora do alcance da análise sistemática"*, continua Bohr (1995:101), tentando uma justificativa. Quando fala em arte, Bohr está também se referindo à literatura. Devemos concordar com ele. A literatura é a relembração constante das harmonias encontradas ou perdidas, porque é a capacitação mais lícita de nossa experiência de conhecimento, sem se submeter a nenhum parâmetro sistemático de verdade. Embora esses esforços, o da produção científica e o da produção literária, possam se diferenciar até mesmo na característica de seus discursos, o cientista, tanto quanto o escritor ou poeta, estão ambos referendados pela mesma convenção. A língua delimita o escritor na forma de um corpo fechado, a que deve "trapacear" de modo salutar, como chega a sugerir Barthes (1979), assim como delimita o cientista que, necessariamente tem de se debater com ela na descrição que já vai fundar seu olhar antes mesmo de se preocupar em delimitar o quadro conceitual de sua escolha teórica.

A língua é o nó que amarra todas as experiências psíquicas. E, por estranho que pareça, é o nó de uma certa desavença entre cientistas e poetas. Aperta o enlace entre as duas experiências de conhecimento e, ao mesmo tempo, entrava a compreensão da ardilosa separação entre os dois possíveis modos de observação do mundo. Ambos estreitados e impossibilitados de liberação pelo hábito arraigado, nascido no Renascimento, de privilegiar a observação material e aliar o conhecimento ao mecanismo da repetição dessa experiência. Essa postura mudou um pouco depois do nascimento da microfísica, quando *"a noção de uma realidade independente do observador surgiu como desprovida de sentido"*, como nos faz ver Moles (1990:18), depois da comprovação de que a "realidade" pode se apresentar tanto como partícula quanto como energia, e que isso não depende do observador, mas vai determinar a sua observação.

1. A estética, para Peirce, encarnando o *summum bonum*, é a condutora da ética. Ver Régis, Sônia (2000) *A literatura como ciência*. <http://www.rocket-ibrary.com/stream.asp?keywords=R%E9gis2C+S%E4nia>.

Se a definição do objeto depende do aparato conceitual do observador, podemos aproximar mais a pesquisa científica do modo inventivo da literatura e a observação de mundo da literatura do modo conceitual da ciência. Mesmo porque, a existência de uma ciência totalmente precisa há muito foi perdida. Moles não foi o pioneiro a obrigar a comunidade científica a se voltar para as "ciências do impreciso", mas foi o mais convincente. Afinal, os objetos que se situam em nossa vida cotidiana não fazem mais parte da natureza comensurável, como afirma Moles (1990: 24):

são impressões dentro do nosso campo de consciência e todas estas se repetem ou se renovam segundo as leis que ignoramos por muito tempo mas das quais nenhum de nós – inclusive físicos, astrônomos e biólogos – pode recusar a evidência nem o caráter geral

Sabemos que a experiência psíquica não pode ser mensurada fisicamente, mas que ela fundamenta toda a prática científica. Mesmo assim, persiste o alerta comum de que é *"o observador subjetivo incompatível com a objetividade da descrição científica"* (Bohr, 1995: 115), como se o observador científico pudesse se despir de sua condição humana de simbolização no exercício da língua e da experiência. Não podemos nos esquecer que, se existe uma ciência estabelecida, isto é, um corpo de conhecimentos em evolução, expandindo-se a cada instante, e que é constituído por um conjunto de comunicações e publicações científicas, existe também uma ciência se configurando em uma construção poética e a partir de uma paisagem mental circunstancial. *"O verdadeiro e o falso não são nunca eternos neste campo, eles são subjetivos: eles são a ilusão, a cada instante, de cada pesquisador"*, reitera Moles (1990: 34-35).

Deve ser outra, portanto, a via de nossas inquietações. Muitos filósofos da ciência e cientistas nos têm alertado para uma outra questão. Como o espírito humano é ambíguo em seus conceitos e como são vagas as suas definições, faz-se necessário analisar e estudar a criação intelectual, considerando de modo especial a heurística ou ciência da descoberta. Foi assim que brotaram, na literatura, muitas concepções que estimularam descobertas científicas e foi assim que a ciência nutriu muitas obras literárias, como a de Borges, por exemplo, a de Julio Verne, de Poe e tantos outros. Talvez, a insistência em privilegiar os modelos científicos objetivos como limites positivos do conhecimento se dê pelo fato de a literatura não ter se deixado comandar pelo conceito de verdade sistemática, imposta à ciência, mantendo a liberdade de registrar toda e qualquer experiência humana como válidas. Até mesmo a decadência de uma descoberta ou lei científica tem valor de experi-

ência e pode servir de material motivador para a literatura. Um romancista, hoje, pode criar uma personagem que viva ainda nos tempos da teoria heliocêntrica, sem perder sua atualidade e pertinência literária.

Ao perceber as aproximações do discurso científico com o poético entranhando as *"hesitações do pensamento que busca o objeto"*, Bachelard faz o elogio do espírito científico como necessariamente produto de um *"inconsciente psicanalisado"* (1996: 122). Procurou ele exorcizar os processos do que chamou de pensamento inconsciente e decidiu pelo *"percurso teórico que obriga o espírito científico a criticar a sensação"* (1996: 127). O mais poético filósofo da ciência compreendeu que a visão de um objeto num dado momento é uma visão determinada pela convenção, e por isso o discurso científico está eivado de figuras de linguagem que representam os hábitos da observação e do conhecimento; as imagens que alcançamos nos limites de nosso conhecimento, amparadas pela capacidade de significação que a linguagem projeta sobre o mundo que nos cerca são geradas por um pensamento mitopoético (Jakobson, 1974).

Longe das lógicas tradicionais que herdamos de Aristóteles e da demonstração matemática, sistemas binários em que uma proposição só pode ser verdadeira ou falsa e o que não é verdadeiro é excluído, o discurso científico apresenta ao mundo a verdade como sonho, presenteando-nos com o desconhecido; o literário, o sonho como verdade, mostrando-nos a possibilidade da representação criativa da mente humana. Nos dois movimentos, como nota Rouanet, percebemos que

a rigor, o pensamento se inscreve no intervalo entre o percebido e o desejado. Pensar é pensar esse intervalo, é o *pathos* de um movimento que visa um *telos*, e que morre quando o *telos* é atingido".

E esclarece,

mas como o mundo exterior propõe continuamente novas percepções, que coincidem apenas em parte com as imagens mnêmicas das antigas percepções, o pensamento está continuamente [se] confrontando com a diferença, e com a tentativa de eliminá-la, produzindo o conhecimento (1990: 180-181).

Não se podendo mais separar o sujeito de seu objeto de conhecimento, na atualidade, também não é mais possível abandonar ao esquecimento as ciências de *interação fraca* com o mundo, pois que isso não indica fragilidade de conhecimento, mas diferença no modo de percepção. Tais conhecimentos são produtos do que Moles vai chamar de uma determinada *"atitude fenomenológica, aquela que procura acariciar delicadamente os fenômenos para apreender sua autonomia e par-*

ticularidade" (1990: 148). Em verdade são os inúmeros filiados da micropsicologia, os que se encarregam dessas vaguezas que, na opinião de Moles, é

o que outrora se chamou 'introspecção', porque o ser possui uma sensibilidade particularmente apurada: é o caso do escritor e do poeta, que a psicologia triunfalista do início do século remeteu um pouco rápido demais à categoria de um saber pré-científico, portanto, indigna da razão positiva (1990:320).

Se os saberes sofreram categorizações que os confinaram a determinados alcances da memória, realizando uma espécie fragmentada de verdade, foi pelo exercício consentido de uma política dos saberes. Isabelle Stengers levanta o véu de muitas questões relacionadas a essas decisões apriorísticas. Percebe ela que a invenção de um sujeito transcendental, por Kant, possibilita que apenas o filósofo fale sobre os fenômenos, categorizando-os. Desde então, tal poder não questiona nada do que interessa à filosofia. Stengers identifica a ciência com o saber que diz o que é científico. E vai mais adiante, afirmando que *"a ciência faz falar: a física faz falar o que define como 'objeto', a psicanálise faz falar sujeitos"*. Para ela, *"as controvérsias científicas têm como problema a legitimidade desses testemunhos (controvérsias experimentais) e o seu alcance (controvérsias teóricas ou conceituais)"* (1990: 84). Mesmo antes do esgarçamento do tecido científico, sabemos que a literatura faz falar o homem na sua experiência integral, pois ele é seu fato observado e sua testemunha. E sabemos também que a ciência muitas vezes pratica a "extorção" de um testemunho, criando um artefato para tanto, na opressão de demonstrar uma verdade como lhe tem sido exigido.

Evidentemente, na produção de conhecimento, que é produção de sentido, é enorme o poder do conceito, pois ele organiza tanto aquilo de que trata o saber científico quanto cria uma hierarquia entre as ciências sob seu domínio. Para Stengers, essa implicação é clara: *"as ciências não se desenvolvem em um contexto, mas criam seu próprio contexto"* (1990: 146). Essa é uma questão clássica de epistemologia que põe em cena os conceitos; afinal, pergunta ela, *"o Egito dos egiptólogos não existia antes que os egiptólogos inventassem suas categorias?"* (1990: 153). O que nos faz crer que a ciência também abandonou muitas vezes a verdade em prol da verossimilhança.

O artista e o escritor sabem que seu conhecimento não depende da imediatividade, a verdade que representam não tem vida curta, não vai ser superada por outra, pois aspira a eternidade, como observou Picasso:

Para mim, não há passado nem futuro em arte. Se uma obra de arte não pode existir sempre no presente, não pode ser levada em consideração. A arte dos gregos, a dos egípcios, a dos grandes pintores que viveram em outras épocas, não são artes do passado; talvez estejam mais vivas hoje do que nunca (Apud Boorstin 1995, epígrafe inicial).

A literatura, por ser o testamento da humanidade, não precisa criar testemunhos, mas deixá-los falar. Também é preciso levar em conta que se fez uma grande modificação nesse aspecto. A ciência já se conformou, depois da Teoria da Relatividade, em aceitar que uma variedade de modelos utilizados para a observação dos fenômenos pode comprovar do mesmo modo o objeto final.

Kant considerava impossível o objeto da arte, por ser *"imune à objetabilidade construída segundo leis científicas"*, por isso dele subtraiu sua importância, em favor dos *"efeitos que a obra de arte produz em quem a contempla"* (Hübner, 1993: 19-20). Foi no Iluminismo que gerou-se a opinião de que só a ciência abre o justo acesso à verdade. Para Hübner,

o otimismo empírico-racionalista relativo à ciência funda-se, pelas razões seguintes, numa ilusão: 1. não há nem fatos científicos absolutos nem princípios absolutos em que se possam apoiar as ciências; 2. a ciência não proporciona necessariamente uma imagem continuamente melhorada e ampliada dos mesmos objetos e do mesmo conteúdo, e 3. não existe o mínimo motivo para supor que ela se aproxime, no decurso da história, de qualquer verdade absoluta, isto é, isenta de teorias (1993: 127).

A maioria dos filósofos e historiadores da ciência hoje afirma, como Hübner, que o universo é apenas uma idéia, pois seu conceito não corresponde a nenhuma realidade em si, sendo uma demonstração da razão (1993: 174). Isso porque são os sistemas convencionais que determinam e explicam as pesquisas e descobertas da ciência, além desses sistemas se determinarem reciprocamente. A explicação dos significados precede sempre a explicação dos fatos; a língua, como convenção primeira, é imperiosa. Hübner aponta o texto de Borges que alia a linguagem poética à teórica sem nenhum preconceito, acostumado a considerar de modo igualitário os dois discursos, assim como aliar o saber oriental ao ocidental. Nesse particular, é bom não esquecermos uma característica muito importante: o Oriente não compartimentalizou os saberes como nós.

Foi Feyrabend (1993) quem se indispôs contra a determinação de todos os saberes serem comensuráveis ao da ciência. A ciência, para Feyrabend, deve se livrar da petrificação ideológica, para não obstaculizar o crescimento de uma sociedade livre. A ciência deve ser estudada como fenômeno histórico, *"juntamente com ou-*

tras histórias de fadas ou como os mitos das sociedades 'primitivas'", como nos lembra Chalmers (1993: 185). A ciência desenvolveu-se justamente a partir da destruição do mito. "Só quando o logos da filosofia grega começou a banir do mundo o elemento mítico é que a religião demandou uma relação com a transcendência absoluta, e a arte se transformou em aparência dela", afirma Hübner (1993: 256).

O ponto conflitante é que as teorias, como produtos humanos, estão sujeitas a mudanças constantes e o mundo físico, não. Mesmo com a suposição de que a ciência constantemente aumente a verossimilhança de suas teorias, abandonando o conceito sistemático de verdade, ou que as teorias a respeito da verdade sejam menos restritoras, parece sempre haver o esquecimento fundamental do papel da própria linguagem no saber, a moldura que obrigatoriamente enquadra nossa visão de mundo. Newton jamais poderia ter explicado sua primeira lei do movimento com uma linguagem pré-newtoniana, assim como Einstein jamais teria explanado a teoria da relatividade com a linguagem newtoniana.

O perigo da ideologia da ciência é defender dubiamente o conceito de ciência e de verdade dentro de um engano arrogante. O mérito de cada área do conhecimento não pode ser julgado pela categoria geral de "ciência". O realismo não-representativo é uma suposição falha; o mundo é físico assim como é independente do conhecimento que dele temos. Como afirma Chalmers,

O mundo é como é, seja lá o que for que indivíduos ou grupos de indivíduos pensem sobre o assunto. (...) Podemos avaliar nossas teorias do ponto de vista da extensão em que descrevem o mundo como ele realmente é, simplesmente porque não temos acesso ao mundo independentemente de nossas teorias, de maneira que nos capacite a avaliar a propriedade daquelas descrições (1993: 208).

Todo discurso é sempre o reflexo dessa tentativa do pensamento humano de compreender a realidade, essa imagem insegura e bordejante que a categoria encobridora da razão vai cristalizar numa escala hierárquica de saberes. A percepção humana está estruturada e enraizada no inconsciente, aflorando, transfigurada, como pintura, poema, teorema, equação ou súbita descoberta. Todas as representações, na verdade, são espelhamento de formas desconhecidas, quase caricaturas dos originais realmente existentes. Desse modo, o "realismo" de uma paisagem descrita por Stendhal é decorrente de uma mesma *mitopoiésis* (Jakobson, 1974). A descrição científica é tributária de um mesmo sistema de verdade que a poética. Na literatura (e nas artes, de modo geral), como já nos mostraram Erwin Panofski, E. H. Gombrich, Pierre Francastel ou Arheim, as representações correspondem às mudanças associativas das coordenadas enraizadas no inconsciente, o que não

acontece no que é considerado ciência, com seu conceito encobridor de razão e verdade.

A técnica e a linguagem excessivamente cifrada da ciência atual fez com que esta perdesse seu lugar na estrutura do conhecimento, que não fosse inscrita com tanta rapidez no inconsciente coletivo, passando despercebida de seu contexto, ao contrário da literatura, que passou a interagir com o leitor. Na mente popular, as descobertas científicas estão descontextualizadas, parecem interferências de representação artística no mundo (como a chegada do homem à lua, o ratinho com uma orelha humana implantada nas costas ou a ovelha Dolly).

Se os cientistas, como afirma Vierende, *"enfrentaram o desafio de expor a mudança na visão do mundo que as teorias mais recentes introduziram na consciência e no inconsciente do homem"* foi porque, em primeiro lugar, *"a teoria científica vem se constituindo de acordo com uma lógica muito diferente, isto é, a lógica da terceira via, que é também a do imaginário"* (Centre, 1994:91). Na verdade, como acredita a maioria dos filósofos da ciência, e até mesmo dos cientistas, ciência e imaginário andam juntos. E, se o mito de Ícaro funda a aviação moderna, o de Édipo, narrado por Sófocles e reinterpretado por Freud, fundou a psicanálise. Do mesmo modo, os desenhos pré-figuradores de Leonardo vão dar asas à imaginação técnica para a fabricação das máquinas do desejo humano de se libertar dos grilhões físicos, desdobrando-se em helicópteros, escafandros e submarinos. Assim também, Júlio Verne vai organizar as conquistas técnicas de seu tempo, ainda no rascunho; e Poe vai descrever o sonho de sua cosmogonia para facilitar as novas descobertas astronômicas. Isso porque tanto a literatura (e a arte) quanto a ciência têm como estofos os antigos e novos sonhos da humanidade, como o de imortalidade, ao fixar o instante fugidivo. Tanto a ciência quanto a literatura acabam fabricando mentefatos (Posner, 1989) que desdobram o desejo humano de conhecimento. E, se muitas dessas ilusões são ardis,

se a ciência, dando corpo ao ilusório, criando 'alucinações verdadeiras' conquanto não o sejam, segundo a definição de Taine, e ampliando as percepções, acaba por multiplicar ao nosso redor as armadilhas, compete à arte neutralizar essas armadilhas, reduplicando-as (Milnes, Centre, 1994:49).

A literatura, registrando os sonhos realizados, os não realizados e os por realizar da humanidade permite a revisão da história e da ciência, pois a literatura é um saber em expansão e lugar de entrecruzamento de todos os saberes. Já que *"A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa"*, como ousou declarar Barthes (1979).

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston (1996). *A formação do espírito humano* (trad. Estela dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto.
- BARTHES, Roland (1979). *Aula* (trad. Leyla Perrone-Moisés). São Paulo: Cultrix.
- _____ (1974) *O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix.
- BEVERIDGE, W. I. (1981). *Sementes da descoberta científica* (trad. Sônia Régis). São Paulo: TQA/EDUSP.
- BOHR, Niels (1995). *Física atômica e conhecimento humano* (trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Contraponto.
- BOORSTIN, J. Daniel (1995). *Os criadores. Uma história da criatividade humana* (trad. José J. Veiga). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CENTRE de Recherche sur L'Imaginaire (1994). *Ciência e Imaginário* (trad. Ivo Martinazzo). Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- CHALMERS, A.F. (1993) *O que é ciência, afinal?* (trad. Raul Fiker). São Paulo: Brasiliense.
- FEYERABEND, Paul (1993). *Contra o método* (trad. Miguel Serras Pereira). São Paulo: Relógio d'água.
- HÜBNER, Kurt (1993). *Crítica da razão científica* (trad. Artur Morão). Lisboa: Edições 70. .
- JAKOBSON, Roman (1974). *Linguística e comunicação* (trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes). São Paulo: Cultrix.
- MOLES, Abraham A. (1990). *Les sciences de l'imprécis*. Paris, Seuil.
- ROUANET, Sergio Paulo (1985). *A razão cativa. As ilusões da consciência: de Platão a Freud*. São Paulo: Brasiliense.
- STENGERS, Isabelle (1992). *La volonté de faire science. À propos de la psychanalyse*. Paris, Les empêcheurs de penser en rond, 1992.
- _____ (1990). *Quem tem medo da ciência?* (trad. Eloisa de Araujo Ribeiro). São Paulo: Siciliano.

Fonte na web

RÉGIS, Sônia. *Literatura como ciência*. <http://www.rocket-library.com/stream.asp?keywords=R%R9gis%2C+S%F4nia>.

SONIA RÉGIS é professora da PUC-SP, onde doutorou-se em Comunicação e Semiótica com a tese *Literatura como ciência*, em 1996. Na mesma instituição defendeu uma dissertação de mestrado sobre a poética experimental de Gertrude Stein (*A iconista e a rosa*), em 1985. Fez um mestrado em Literatura Brasileira, na PUC-RJ, e graduou-se na PUC-PR pelas Faculdades de Jornalismo, Letras e Filosofia. Traduziu e colaborou com vários jornais exercendo a crítica literária. Além do trabalho acadêmico publicou *O brontos-sauro azul ou aritmética progressiva* (romance) e *Efeitos do (in)significante* (poesia).